

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM  
GARANTIA FLUTUANTE, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS  
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA REFINARIA DE PETRÓLEO  
RIOGRANDENSE S.A.**

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

**REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.**, sociedade anônima de capital fechado com sede na Cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Engenheiro Heitor Amaro Barcellos, 551, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 94.845.674/0001-30, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERGS sob o NIRE nº 43.300.002.837, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Emissora"; e

**SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**, sociedade com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º ao 10º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404/76, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão e doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário";

celebram a presente "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Flutuante, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.", doravante denominada simplesmente "Escritura", nos termos e condições abaixo.

**I. TERMOS DEFINIDOS**

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Anexo I desta Escritura.

1

f

B

L

TH

X

f/w

JURIDICO

## **2. AUTORIZAÇÃO**

2.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela AGE realizada em 30 de novembro de 2010.

## **3. DOS REQUISITOS**

3.1 A Emissão somente será realizada após a observância dos seguintes requisitos:

### **3.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação**

3.1.1.1 A ata da AGE deverá ser devidamente arquivada na JUCERGS e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no jornal "Agora" da Cidade do Rio Grande/RS, conforme o artigo 59 da Lei nº 6.404/76.

### **3.1.2 Inscrição da Escritura**

3.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCERGS, conforme disposto no artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76.

### **3.1.3 Registro na CVM**

3.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação.

### **3.1.4 Registro na ANBIMA**

3.1.4.1 A Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação.

#### **4. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

##### **4.1 Objeto Social da Emissora**

4.1.1 A Emissora tem por objeto social: (i) a exploração industrial e comercial da destilaria de petróleo na cidade de Rio Grande, de depósitos de armazenamento de combustíveis e indústrias complementares; (ii) a importação, exportação e comercialização de produtos de petróleo refinado de matérias-primas necessárias à indústria; e (iii) a exploração da indústria de produtos químicos em geral, excetuados os farmacêuticos.

##### **4.2 Número da Emissão**

4.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

##### **4.3 Número de Séries**

4.3.1 A Emissão será realizada em série única.

##### **4.4 Montante da Emissão**

4.4.1 O montante total da emissão será de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão.

##### **4.5 Quantidade de Debêntures**

4.5.1 Serão emitidas 50 (cinquenta) Debêntures.

##### **4.6 Banco Mandatário e Instituição Depositária**

4.6.1 Atuarão como Banco Mandatário e Instituição Depositária, respectivamente, o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, e a Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São

Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64. O Banco Mandatário e a Instituição Depositária poderão ser substituídos a qualquer tempo, a critério dos Debenturistas, após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas.

#### **4.7 Destinação dos Recursos**

4.7.1 Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados (i) ao capital de giro da Emissora e ao alongamento do perfil de sua dívida, e (ii) ao financiamento das atividades da Emissora, de acordo com seu objeto social.

#### **4.8 Limite da Emissão**

4.8.1 A Emissão atende ao limite de emissão previsto no artigo 60, §1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, visto que o valor contábil do ativo da Emissora (perfazendo o montante de R\$260.538.414,45 (duzentos e sessenta milhões, quinhentos e trinta e oito mil, quatrocentos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos) na data-base de 30 de setembro de 2010), diminuído das dívidas da Emissora com garantia real (equivalentes a R\$662.956,00 (seiscentos e sessenta e dois mil, novecentos e cinquenta e seis reais), na data-base de 30 de setembro de 2010), equivale a R\$259.875.458,45 (duzentos e cinquenta e nove milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e quarenta e cinco centavos). O valor total da Emissão, portanto, equivale a 19,24% (dezenove inteiros e vinte e quatro centésimos por cento) do valor do ativo contábil da Emissora diminuído das dívidas com garantia real.

#### **4.9 Registro na CETIP**

4.9.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos; e (ii) negociação secundária no SND – Módulo Nacional de Debêntures, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.



4.9.2. Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09.

#### **4.10 Colocação e Procedimento de Distribuição**

4.10.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição, com intermediação do Banco Safra S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 2.100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.160.789/0001-28, e serão destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o quanto estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do Contrato de Colocação.

4.10.2 A colocação das Debêntures deverá ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato de Colocação, isto é, até 30 de dezembro de 2010.

### **5. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

#### **5.1. Características Básicas**

##### *5.1.1 Valor Nominal Unitário*

5.1.1.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na respectiva Data de Emissão.

##### *5.1.2 Quantidade de Debêntures*

5.1.2.1 Serão emitidas 50 (cinquenta) Debêntures.

##### *5.1.3 Data de Emissão*

5.1.3.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 30 de novembro de 2010.

5.1.4 *Prazo e Data de Vencimento das Debêntures*

5.1.4.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de novembro de 2014, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculada na forma prevista nesta Escritura.

5.1.5 *Forma e Emissão de Certificados*

5.1.5.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

5.1.6 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

5.1.6.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND – Módulo Nacional de Debêntures extrato emitido pela CETIP.

5.1.7 *Convertibilidade*

5.1.7.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

5.1.8 *Espécie*

5.1.8.1 As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, nos termos do artigo 58, §1º, da Lei nº 6.404/76.

*[Handwritten signatures]*



## 5.2 Subscrição

### 5.2.1 Prazo de Subscrição

5.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública com esforços restritos de colocação, conforme item 4.10.2 acima

### 5.2.2 Preço de Subscrição

5.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a respectiva data de emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

## 5.3 Integralização e Forma de Pagamento

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, após cumpridos os requisitos previstos no item 3.1 acima e de acordo com os procedimentos da CETIP.

## 5.4 Direito de Preferência

5.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

## 5.5 Atualização do Valor Nominal

5.5.1 Não haverá atualização do valor nominal das Debêntures.

## 5.6 Remuneração

5.6.1 As Debêntures renderão juros correspondentes a 118,0% (cento e dezoito por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo ("Taxas DI"), calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o

Valor Nominal Unitário, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento de acordo com a fórmula a seguir.

5.6.1.1 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator DI - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao Valor Nominal de emissão ou saldo do Valor Nominal da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator DI” corresponde ao produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data do cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{i=1}^n \left( 1 + TDI_i \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

“n” corresponde ao número total de Taxas DI consideradas no Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

“p” corresponde ao percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, equivalente a 118,00 (cento e dezoito);

“TDI<sub>i</sub>” corresponde à Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_i = \left( \frac{DI_i}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

*f* *HA* *flu*  
*fz* *l*  
JURIDICO

"DI<sub>k</sub>" corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

5.6.1.2 Para fins de cálculo da Remuneração:

- i) o fator resultante da expressão  $\left(1 + DI_k \times \frac{p}{100}\right)$  será considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left(1 + DI_k \times \frac{p}{100}\right)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- iv) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

5.6.1.3 Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período em questão, exclusive.

5.6.1.4 Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos nas datas previstas na cláusula 5.7.1.

5.6.2 Observado o quanto estabelecido no item 5.6.3 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária

produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.6.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro dia útil subsequente ao prazo de 15 (quinze) dias acima, Assembleia Geral de Debenturistas para estes definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

5.6.4 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

5.6.5 Caso não haja acordo, dentro do prazo estabelecido no item 5.6.3 acima, sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures em Circulação, a Emissora realizará o resgate antecipado e consequente cancelamento antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 5.6.3 acima, por seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, inclusive, e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, exclusive, conforme o caso. Para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

## 5.7 Pagamento da Remuneração às Debêntures

5.7.1 A Remuneração devida aos titulares das Debêntures será paga pela Emissora em conjunto com as amortizações programadas do Valor Nominal Unitário.

## 5.8 Repactuação

5.8.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

## 5.9 Amortização Programada das Debêntures

5.9.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 8 (oito) parcelas trimestrais, de acordo com as datas e percentuais constantes da tabela abaixo:

DATA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITARIO
1º de março de 2013	12,5000%
30 de maio de 2013	12,5000%
30 de agosto de 2013	12,5000%
30 de novembro de 2013	12,5000%
1º de março de 2014	12,5000%
30 de maio de 2014	12,5000%
30 de agosto de 2014	12,5000%
30 de novembro de 2014	12,5000%

## 5.10 Condições de Pagamento

### 5.10.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

5.10.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pela instituição depositária contratada para este fim.

*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten signatures]*  
**JURIDICO**

5.10.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Banco Mandatário a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação, não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

#### 5.10.2 *Prorrogação dos Prazos*

5.10.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

#### 5.10.3 *Encargos Moratórios*

5.10.3.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

#### 5.10.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

5.10.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.10.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

## **5.11 Publicidade**

5.11.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e no jornal Agora da cidade de Rio Grande/RS, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

## **6. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

### **6.1 Aquisição Antecipada Facultativa**

6.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, respeitado prazo da Instrução CVM nº 476/09, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal unitário acrescido da Remuneração calculado *pro rata temporis*, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. Caberá exclusivamente à Assembleia Geral de Acionistas da Emissora deliberar sobre o cancelamento, a qualquer momento, das Debêntures que porventura se encontrarem em tesouraria.

### **6.2 Resgate Antecipado Facultativo**

6.2.1 As Debêntures poderão ser resgatadas por iniciativa da Emissora, total ou parcialmente, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos Debenturistas com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data pretendida para realização do resgate.

antecipado, informando (i) a data pretendida para a realização do resgate antecipado; (ii) o volume ou número de Debêntures que serão resgatadas; e (iii) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas.

6.2.2 O resgate antecipado das Debêntures pela Emissora, no todo ou em parte, será realizado mediante o pagamento do seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido de: (i) Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data do último pagamento das obrigações previstas nesta Escritura até a data do efetivo resgate; e (ii) prêmio *flat* incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação objeto de resgate, calculado de acordo com a tabela abaixo:

ÉPOCA DE RESGATE	PRÊMIO
1º ano contado da Data de Emissão	3,00%
2º ano contado da Data de Emissão	2,00%
3º ano contado da Data de Emissão	1,00%
1º semestre do 4º ano contado da Data de Emissão	0,40%
2º semestre do 4º ano contado da Data de Emissão	0,20%

6.2.3 Na hipótese de resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário e com divulgação do resultado a todos os Debenturistas por meio de comunicado, inclusive no que concerne às regras do sorteio, nos termos do artigo 55, §1º, da Lei nº 6.404/76. Neste caso, todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição de rateio e de validação das quantidades de debêntures a serem resgatadas por Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP, ficando estabelecido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate antecipado parcial, não haverá necessidade de aditar a presente Escritura de Emissão ou de qualquer outra formalidade.

6.2.4 O resgate antecipado total e parcial, caso ocorram, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, serão operacionalizados conforme regras estabelecidas pela CETIP, sendo neste último caso através de operação de compra e venda realizada entre as partes.

6.2.5 A CETIP deverá ser comunicada da realização do resgate total ou parcial das Debêntures com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para sua realização.

6.2.6 As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

### 6.3 Vencimento Antecipado

6.3.1 Sem prejuízo das hipóteses decorrentes da legislação aplicável, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, todas as obrigações da Emissora sob as Debêntures e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da escritura de emissão das Debêntures, após 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva notificação pela Emissora dando-lhe ciência da ocorrência de qualquer uma das hipóteses abaixo:

- i) proposição de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora ou por sociedades controladas pela Emissora ou coligadas a esta, ou por quaisquer terceiros legalmente habilitados a propositura de referido pedido contra a Emissora, sociedades controladas pela Emissora ou coligadas a esta;
- ii) liquidação, pedido de aut falência ou de falência da Emissora, de sociedades controladas pela Emissora ou de suas coligadas;
- iii) decretação de falência da Emissora, de sociedades controladas pela Emissora ou de suas coligadas;
- iv) inadimplemento, pela Emissora ou por suas sociedades controladas, de quaisquer obrigações a que estejam sujeitos em razão da Emissão e das Debêntures, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias contados da data em que referida obrigação deveria ter sido cumprida;

- v) falta de pagamento, na respectiva data de vencimento, pela Emissora ou por qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora, de quaisquer dívidas financeiras, com valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), desde que não sanada em até 15 (quinze) dias contados da data do respectivo vencimento;
- vi) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora e/ou de suas sociedades controladas, decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar;
- vii) protestos legítimos de títulos contra a Emissora ou contra suas sociedades controladas com valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se tais protestos tiverem sido efetuados por erro ou má-fé de terceiros, ou venham a ser baixados em 15 (quinze) dias contados da data de realização do protesto;
- viii) se, sem o expresse consentimento dos Debenturistas, houver transferência, cessão, alienação ou qualquer forma de alteração da participação societária da Emissora e/ou de sociedades controladas pela Emissora detida pelos atuais acionistas majoritários (a saber, Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, Braskem S.A. e Ultrapar Participações S.A.) para quaisquer terceiros;
- ix) caso, sem o expresse consentimento do Agente Fiduciário, a Emissora e/ou sociedades controladas pela Emissora sofrerem qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- x) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora em qualquer dos documentos relacionados à Emissão eram falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante na data em que tais declarações e garantias foram prestadas;
- xi) ocorrência de arresto, sequestro ou penhora sobre os bens da Emissora cujo valor, individualmente ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- xii) emissão, pela Emissora, de títulos e/ou valores mobiliários em volume superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) sem observância dos limites previstos na legislação aplicável a matéria;

- xiii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76; ou
- xiv) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora vigente na data desta Escritura de Emissão que venha modificar suas atividades preponderantes.

6.3.2 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia para CETIP, e (b) ao Banco Mandatário.

6.3.3 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 60 (sessenta) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada no item anterior.

6.3.4 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e (2) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
  - b) dentro de 15 (quinze) dias úteis, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário de forma fundamentada e aceita pela



Emissora, ressalvadas aquelas protegidas por acordos de confidencialidade ou que, por lei, não estiver obrigada a revelar;

- c) dentro de 15 (quinze) dias úteis após sua realização, notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas da Emissora e cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas da Emissora, bem como a data e ordem do dia de assembleias a se realizar;
  - d) dentro de 15 (quinze) dias úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados;
  - e) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em até 15 (quinze) dias úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção; e
  - f) informações a respeito de qualquer dos eventos que ensejam o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da presente Escritura, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a sua ocorrência ou após a ciência, pela Emissora, da ocorrência de tais eventos, o que ocorrer primeiro;
- ii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
  - iii) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 9 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
  - iv) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas, ressalvadas aquelas informações que estiverem protegidas por acordos de confidencialidade ou que, por lei, não estiver obrigada a revelar ;

- v) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- vi) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor à época;
- vii) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- viii) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, na medida em que e desde que tal interrupção ou suspensão não cause ou possa causar impacto relevante nas atividades da Emissora;
- ix) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- x) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP; e
- xi) arcar com todos os custos (a) decorrentes de registro e de publicação de eventuais aditamentos da Escritura e os atos societários da Emissora (exceto a AGE); e (b) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário.

7.1.1 As despesas com o arquivamento da AGE e da presente Escritura, os custos relativos ao registro das Debêntures na CETIP, assim como a remuneração dos prestadores de serviços da Emissão (especificamente do Banco Mandatário e da Instituição Depositária) correrão por conta do Banco Safra S.A., na condição de coordenador líder da oferta pública com esforços restritos das Debêntures.

7.2 Adicionalmente, em cumprimento do disposto no artigo 14 da Instrução CVM nº 476/09, a Emissora se compromete a:

- i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
- ii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;
- iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- iv) manter os documentos mencionados no subitem (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando imediatamente ao Banco Safra S.A.; e
- vii) fornecer as informações eventualmente solicitadas pela CVM.

## 8. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora constitui e nomeia a **SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.** como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunidade de Debenturistas perante a Emissora.

8.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento



que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.2.1 Caso a convocação não ocorra até 8 (oito) dias antes do término do prazo referido no item anterior, caberá à Emissora efetua-la.

8.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.2.3 Caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

8.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição, às suas expensas, do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

8.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

8.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCERJIS, onde será inscrita a presente Escritura.

8.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

8.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções e desde que devidamente fundamentada, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das

varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;

- ix) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma prevista nesta Escritura;
- x) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia;
- xi) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;e

- h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- xii) colocar o relatório de que trata o subitem anterior à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
  - a) na sede da Emissora;
  - b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - c) na CETIP;
  - d) na sede da instituição intermediária líder, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- xiii) enviar comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem anterior;
- xiv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária e à CETIP;
- xv) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- xvi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- xvii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP, e

xviii) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76.

8.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- ii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iii) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 8.4 (i) e (ii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

8.6 Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, o quanto segue:

- i) **parcelas anuais de R\$13.000,00** (treze mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a obtenção do registro na CETIP, e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos anos subsequentes;
- ii) as parcelas acima mencionadas serão atualizadas, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IPCA, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, desde a data

de pagamento da primeira parcela até a data de pagamento das parcelas subsequentes, calculada a atualização monetária *pro rata temporis* se necessário;

- iii) será enviado aviso de cobrança com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de cada pagamento (exceto para o primeiro pagamento, que será enviado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias);
- iv) a remuneração prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na escritura, como configuradores de vencimento antecipado;
- v) as parcelas serão acrescidas de quaisquer impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, incluindo o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, entre outros, excetuando-se o Imposto de Renda, nas respectivas alíquotas vigentes nas datas de pagamento;

8.6.1 A Emissora, mediante aprovação prévia de demonstrativo de despesas a ela enviado pelo Agente Fiduciário, ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas por ele comprovadamente incorridas para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.6.1.1 O ressarcimento a que se refere o item anterior será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

8.6.1.2 Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no

exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas.

8.6.1.3 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência, desde que comprovada a máxima diligência, pelo Agente Fiduciário, em todos os atos judiciais e/ou extrajudiciais, tal como inexistência de culpa por ação e/ou omissão do mesmo (Agente Fiduciário).

## **9. DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas. A Assembleia de Debenturistas será realizada, obrigatoriamente, na Cidade de Rio Grande.

9.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

9.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

9.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

9.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de maioria das Debêntures em Circulação.

9.8.1 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

## 10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;

- vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- vii) aceita integralmente esta Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- ix) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura na Data de Emissão;
- x) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e
- xi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/03;
- xii) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990; e
- xiii) verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

## **11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

### **11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:**

- i) é sociedade anônima validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;

- iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações previstas neste documento não infringe qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCERGS;
- vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- x) não há, na data de assinatura desta Escritura, e que seja de seu conhecimento, outros processos administrativos e judiciais em que a Emissora seja parte além daqueles apresentados em relatório interno de acompanhamento processual e/ou divulgado nas demonstrações financeiras da Emissora devidamente auditadas;

- xi) não há nas certidões de tributos municipais e estaduais indicação de não recolhimento ou irregularidade no recolhimento destes tributos além daqueles objeto de discussões administrativa e judicial demonstrados nos relatórios indicados no subitem anterior; e
- xii) está, em todos os aspectos relevantes, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios.

11.2 A Emissora se compromete a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11.3 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou, ainda, em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se embasar suas decisões. Não será, ainda, em nenhuma hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, cuja elaboração continuará a caber à Emissora, nos termos da legislação aplicável.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- i) para a Emissora:

**REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.**

Rua Engenheiro Heitor Amaro Barcellos, 551

96202-900 – Rio Grande – RS

At.: Sérgio Satt Junior

Telefone: (53) 3233-8090

Fax: (53) 3233-8014

e-mail: satt@refinariariograndense.com.br

*[Handwritten signatures and initials]*  
*[Circular stamp: JURÍDICO]*

ii) para o Agente Fiduciário:

**SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**

Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º ao 10º andares

04530-001 – São Paulo – SP

At.: Gregoli Tasso

Telefone: (11) 3048-9868

Fax: (11) 3048-9880

e-mail: gregoli@slw.com.br

iii) para o Banco Mandatário e Instituição Depositária:

**ITAÚ UNIBANCO S.A. / ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 7º andar – Torre Eudoro Villela

04309-010- São Paulo – SP

At.: Cláudia Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

Correio eletrônico: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

iv) para a CETIP:

**CETIP S.A – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS**

Av. República do Chile, 230, 11º andar

20031-170 - Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Rua Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663

01452-001 – São Paulo – SP

Telefone: (11) 3111-1400 / 2138-1400

Fax: (11) 3111-1563

*[Handwritten signatures and initials]*

*[Handwritten signature]*  
*[Circular stamp: JURIDICO]*

12.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima.

12.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicar a Emissora.

12.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nas Cidades de Rio Grande, São Paulo ou Rio de Janeiro. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

12.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem

prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

12.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

### 13. FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 30 de novembro de 2010.

*(as assinaturas seguem na próxima página)*

Handwritten signatures and a circular stamp reading "JURIDICO".

(página de assinaturas 1/1 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Flutuante, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.")



**REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.**

Por: *Margarette Feijó Brunnet*  
Cargo: DIRETORIA SUPERINTENDENTE

Por: *Eduardo Teixeira Neto*  
Cargo: DIRETOR



**SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**

Por: *Gregório Pedroso Tasso*  
Cargo: Depto. Agente Fiduciário  
SLWCVC LTDA.



Por:  
Cargo:

Testemunhas:

1.

Nome: *Sergio Satt Junior*  
RG.: Gerente Administrativo Financeiro

2.

Nome: *Vilmar Tadeu N. Garcia*  
RG.: Analista Financeiro Sênior








## ANEXO I

*(Este Anexo I é parte integrante Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Flutuante, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A., firmada entre Refinaria de Petróleo Riograndense S.A e SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. em 30 de novembro de 2010.)*

## GLOSSÁRIO

AGE	Assembléia geral extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 30 de novembro de 2010, que deliberou a realização e as características da Emissão.
Agente Fiduciário	SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembléia Geral ou Assembléia Geral de Debenturistas	Assembléia Geral de Debenturistas.
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A.
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
CPF/MF	Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda.
Contrato de Colocação	Instrumento Particular de Colocação de Debêntures Simples, da Espécie com Garantia Flutuante, Não

	Conversíveis em Ações, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, em Série Única, da 1ª Emissão Pública da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A., celebrado entre Banco Safra S.A. e a Emissora.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	30 de novembro de 2010.
Data de Pagamento de Remuneração	Datas em que a Emissora pagará a Remuneração aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura.
Data de Vencimento	30 de novembro de 2014.
Debêntures	As 50 (cinquenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, da 1ª (primeira) emissão da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores e empresas controladoras, direta ou indiretamente, da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau.
Debenturistas	Os titulares das Debêntures.
Emissão	1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.
Emissora	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Encargos Moratórios	Encargos moratórios previstos no item 5.10.3 desta

Escritura	Escritura.
Escritura	A presente Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Flutuante, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Instituição Depositária	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instrução CVM nº 28/83	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
Instrução CVM nº 358/02	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM nº 409/04	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM nº 476/09	Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.
Investidores Qualificados	São os investidores qualificados definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Colocação; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão

*[Handwritten signatures and initials]*



	subscriver, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).
JUCERGS	Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.
Lei nº 6.404/76	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Remuneração	Juros remuneratórios correspondentes à taxa de 118,0% (cento e dezoito por cento) da Taxa DI, calculada e divulgada diariamente pela CETIP.
Taxa DI	Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet ( <a href="http://www.cetip.com.br">http://www.cetip.com.br</a> ).
Valor Nominal ou Valor Nominal Unitário	O valor nominal unitário de cada Debênture, equivalente a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão.

*[Handwritten signatures and a circular stamp reading "JURIDICO"]*